

Neocolonialismo ou desenvolvimento? O mesmo dilema, vinte anos depois.
Roberto Smeraldi, Jornalista, Diretor de Amigos da Terra – Amazônia Brasileira,
São Paulo, SP.

Resumo

O período objeto deste painel coincide exatamente com a vida de minha entidade, que fez 20 anos em outubro. Nosso desafio inicial ainda continua o mesmo. Apesar das grandes mudanças na região, as políticas públicas - assim como as privadas atreladas às públicas - continuam desconsiderando a centralidade do desenvolvimento. Abordagens mais convencionais, assim como outras que surgiram mais recentemente, têm em comum um olhar colonial e estão pautadas por uma noção da região como provedora de recursos. Propõe-se uma provocadora abordagem assumidamente desenvolvimentista como condição para focar a sustentabilidade, com prioridade para ciência, indústria, tecnologia e inovação.

Na Amazônia, a globalização competitiva não é novidade. Começou na época pombalina, com as disputas entre monopolismo estatal, por um lado, e jesuítas ou carmelitas, por outros, em relação aos fluxos comerciais das *drogas do sertão*. Foi quando a exploração econômica da região iniciou a se dar por ciclos. Mais conhecidos aqueles do século XVIII, como os do cacau, das pimentas, do urucum, da *triaga brasileira* (remédio geral com dezenas de princípios ativos), etc. Outros ciclos, menos conhecidos mas não menos importantes, caracterizaram o século XIX, como aquele da extração da gordura de ovos de tartaruga, que nas décadas de 1840 e 1850 gerou a predação e processamento de bilhões de ovos por ano, principalmente nas regiões de Santarém e do Rio Negro, até o esgotamento da disponibilidade da espécie em escala comercial. Talvez o primeiro caso de exportação de biocombustível pelo Brasil. No século XX os ciclos se tornaram progressivamente mais curtos, intensos e, em alguns casos, localizados fora dos tradicionais eixos fluviais dos afluentes do Amazonas: borracha, ouro, minérios, madeira, pecuária. O ciclo da pecuária é o mais recente, enquanto tal: começou nesta década, ao longo da qual duplicou o rebanho, e teve seu ápice entre 2005 e 2008, com a triplicação da capacidade de abate em meros 3 anos. Não está claro seu futuro. E a história pode se repetir com novos ciclos sobre serviços. Ambientalistas bem intencionados pregam a chegada do ciclo da biodiversidade. O mesmo pode acontecer com um ciclo do carbono. Tudo isso tem algo em comum: a economia dos ciclos é quase sempre baseada no preço atrativo de um produto nos mercados externos à região; é, de qualquer forma, altamente vulnerável à conjuntura de tais mercados, inclusive com elevada volatilidade; agrega a maior parte do valor em elos da cadeia externos à região; tende a se localizar em enclaves ou acompanhar a abertura de fronteiras. E seu nível máximo de industrialização é o do beneficiamento primário, como a serraria ou o frigorífico. Também no caso mais recente da pecuária, o preço pago ao produtor mal remunera o custo de produção e representa menos de 20% da agregação ao longo da cadeia.

Usando categorias recentes, pode se afirmar que as atividades econômicas historicamente conduzidas na região foram, portanto, insustentáveis por concepção, antes ainda que por prática. Uma prosperidade súbita e concentrada é seguida de uma depressão rápida e difusa, enquanto ambas fases são caracterizadas por processos migratórios ou mesmo itinerantes. Mas, na medida em que tais ciclos iniciarem e se encerrarem, fica evidente que eles também contribuem para impedir, dentro da Amazônia, a formação de uma economia regional com massa crítica suficiente para gerar processos de efetivo desenvolvimento.

A mais notável diferença entre a Amazônia de 20 anos atrás e a de hoje é que, em 1989, havia na Amazônia 14 milhões de pessoas e 12 milhões de cabeças de gado, enquanto hoje há 21 milhões de pessoas e 70 milhões de cabeças de gado.

Mas a mais interessante diferença é qualitativa. A porcentagem da população amazônica abaixo da linha da pobreza manteve-se igual entre 1990 e 2005: 45% da população da região segue vivendo com menos de US\$ 2 ao dia. Em 1990, no Brasil como um todo, este índice era de 42% (63 de 150M) e caiu para 31% em 2005 (55 de 183M). Já na Amazônia, em termos absolutos, o número de pessoas vivendo em condições de pobreza cresceu de 7,4 milhões para 10 milhões no período, aumentando assim em 2,6 M.

Quem são esses novos pobres? Neo-empobrecidos por problemas econômicos e sociais? Ou captados pelo aprimoramento das estatísticas? Nenhum dos dois.

Nesses 20 anos, o programa governamental de privatização de terras públicas também apelidado de reforma agrária distribuiu, de acordo com as estatísticas oficiais, 65 milhões de hectares de terra na Amazônia. No período dos 15 anos entre 1990 e 2005, foram 46 milhões de hectares. Essas terras foram distribuídas (nos 20 anos), para 630 mil famílias, ou seja aproximadamente 3 milhões de pessoas. E no período dos 15 anos considerados em nossa estatísticas da pobreza, foram 440 mil famílias, ou seja 2,2 milhões de pessoas: um número muito próximo daquele dos novos pobres. Em suma, transferimos pobres para Amazônia, e eles continuam pobres.

Esta tendência ocorreu em todos os governos, porém se intensificando ao longo do tempo. Os dois governos Lula, por exemplo, chegaram a distribuir na Amazônia 41 milhões de hectares, quase 60% do total histórico. E considerando uma estimativa média otimista de 15% de nativos na população assentada, levou para Amazônia 1,5 milhão de pessoas, só ao longo do governo do atual presidente.

Aproximadamente a metade do PIB da Amazônia gera parcela pouco expressiva de emprego e renda na região. Trata-se dos aproximadamente US\$ 20 milhões FOB gerados por commodities agrícolas, de mineração e energia, e dos outros 17 milhões vinculados à Zona Franca de Manaus. Outro quarto é basicamente oriundo de despesa de custeio governamental e apenas o último quarto reflete produtos e serviços que dinamizam a economia local.

Mas o que mais interessa é que, enquanto se transferem para Amazônia enormes passivos de pobreza, educação, saúde, justiça, presença do estado em geral, o rumo do investimento público vai em outra direção. Se examinarmos o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), norte do atual investimento público e que veio até a substituir os instrumentos constitucionais previstos para tanto, como o PPA, a abordagem para Amazônia como mera fornecedora de insumos para o resto do país fica confirmada e reforçada.

Se a Amazônia – além de sua própria condição histórica de região menos desenvolvida - absorve parcela expressiva da pobreza do país, se ainda ela é objeto de investimentos expressivos de logística e energia que geram passivos enormes de cunho social e ambiental em benefício do resto do país, se ela oferece recursos enormes que beneficiam a balança de pagamentos nacional sem se beneficiar por isso, e até mesmo assumindo mais externalidades em função disso, como é que ela recebe um investimento social inferior até mesmo, per capita, do resto do país?

Se quisermos alterar este padrão, temos de priorizar o desenvolvimento regional em lugar do neocolonialismo. Há necessidade de firmar um círculo virtuoso de geração de renda, emprego, poupança e investimentos. Sem ganhar escala e ainda vítima de óbvia dispersão numa região enorme, a economia regional não consegue atender as necessidades e anseios de sua população, tanto do ponto de vista da geração de emprego, quanto daquele do consumo.

Eu defendo que a economia florestal seria a forma mais direta para virar em direção a uma economia regional. Estou ciente que o conceito de economia florestal é minha criação e nem todos têm o mesmo entendimento a respeito dele, portanto preciso gastar umas palavras com isso. Até porque muitos acham que a economia florestal seria algo reduzido ao manejo florestal.

Ao contrário, os principais investimentos que podem ser realizados hoje na cadeia dos serviços e produtos florestais dizem respeito ao elo da indústria, que é o mais carente e, em geral, essencial para garantir a sustentabilidade de qualquer atividade de base. Instalar no território indústrias associadas direta e indiretamente aos produtos de base florestal, visando a formação de arranjos produtivos com escala, representa uma das oportunidades mais interessantes em cadeias como as da energia, da movelaria, da cosmética, dos alimentos, da decoração e, principalmente, de setores avançados em tecnologia, como o da biomimética, que encontra na biodiversidade infindáveis modelos para guiar a inovação, e outras áreas da ciência. A biomimética é uma atividade que foca a aplicação de sistemas e métodos biológicos encontrados na natureza para o desenho de sistemas de engenharia e outras tecnologias. Trata-se da imitação da vida, aproveitando aquilo que a seleção natural desenvolveu ao longo de milhões de anos, e deve representar a principal fonte para criação de novos materiais e processos ao longo deste século e do próximo.

Já as atividades econômicas de uso indireto tipicamente incluem o estabelecimento de novos mercados sobre serviços ambientais, tais como

estabilização climática, sequestro ou manutenção de estoques de carbono, preservação de habitat para espécies diversas e proteção das bacias hidrográficas, entre outros fatores. Dessa forma, o negócio florestal capta os valores associados à existência das florestas para os demais setores da economia (basicamente todos) que se beneficiam desses serviços ou que, em alguns casos, até podem existir apenas na presença deles. Importantes características da economia florestal vêm a ser, portanto, sua transversalidade e integração. Novos mercados são também aqueles associados aos valores estratégicos da floresta: trata-se do valor de algo que no momento não é usado, mas pode vir a ser usado no futuro (valor de opção) ou simplesmente aumentar seu valor progressivamente no futuro, independentemente de seu uso (por exemplo, em função da progressiva escassez da cobertura florestal).

O que diferencia uma economia florestal de atividades específicas é a articulação entre os múltiplos serviços e produtos de um território, por um lado, e uma cadeia industrial e comercial, por outro. A noção de território rural limitado à produção primária tende a se tornar obsoleta até mesmo em relação à agricultura: já no caso da economia florestal seria simplesmente ilusória e irrealista. A economia florestal vai oferecer mais oportunidades de negócio na medida em que se deixe de pensar o território rural de forma restrita aos produtos do seu solo. Nenhum país no mundo possui condições tão favoráveis para desenvolver uma economia florestal como o Brasil. É evidente que, enquanto a economia florestal é muito mais do que meras florestas, ela também não pode existir sem uma massa crítica expressiva de florestas, com diversidade e qualidade. Portanto, um importante fator limitante para o desenvolvimento de uma economia florestal em escala suficiente a garantir a articulação das cadeias relacionadas é o progressivo desaparecimento das florestas – e principalmente daquelas florestas localizadas em condições favoráveis do ponto de vista da infra-estrutura - por conta do desmatamento.

O potencial de expansão e lucratividade de investimentos na malha de pequenos empreendimentos florestais que se relacionam com uma base fornecedora de tipo comunitário é demonstrado pela recente experiência do Balcão de Serviços para Negócios Sustentáveis, uma iniciativa de Amigos da Terra – Amazônia Brasileira que, ao longo de cinco anos, providenciou serviços de negócios subsidiados ou gratuitos para 43 micro- ou pequenos empreendimentos amazônicos.

A avaliação dos impactos econômicos revelou que a viabilidade e o potencial de crescimento – assim como o aproveitamento dos serviços fornecidos – são bastante superiores entre os pequenos empreendimentos - acima de R\$ 500 mil de faturamento anual - em relação aos microempreendimentos, abaixo deste valor. No caso dos pequenos, enquanto 86% aumentaram sua renda ao longo de cinco anos, dois terços também aumentaram sua base de fornecedores, ou seja associaram lucratividade com consolidação.

A penetração social desses empreendimentos no território torna eles uma oportunidade de investimento importante em relação a um *start-up* tradicional: considerando que grande parcela do investimento em negócios *start-up* florestais (principalmente na Amazônia) acaba sendo absorvido por custos de

aprendizado da realidade local, de obtenção da aceitação pelos atores locais envolvidos, de conflitos e compensação relacionados com parte dos mesmos, de estudo de peculiaridades ambientais e sociais, torna-se clara a vantagem de buscar parcerias com o empreendedorismo local, que apesar de rudimentar e incipiente constitui um patrimônio essencial em termos de inserção e de saber. Ao mesmo tempo, o elemento chave para o funcionamento da parceria é aquele, complementar, do investimento industrial, que faz a diferença em relação às malhas de fornecimento familiar-comunitárias.

Já no segmento de investimentos médios e grandes, não há dúvida de que o recém regulamentado setor de concessões florestais representa um importante fator de base para o crescimento de uma economia florestal baseada em cadeias sustentáveis. Isso se deve à insegurança fundiária na região, que torna difícil estabelecer negócios duradouros em florestas privadas. Numa estimativa conservadora, ao longo dos próximos anos no Brasil deveriam se realizar concessões a respeito de, pelo menos, 60 milhões de hectares de florestas públicas. Em tese, este número poderia dobrar no caso em que uma área semelhante – e hoje sujeita a uma alta probabilidade de desmatamento - fosse garantida como floresta pública legalmente regularizada.

De qualquer forma, mesmo no cenário mínimo, e numa estimativa média de concessão por aproximadamente R\$ 1.500 por hectare manejado e 15% de retorno, trata-se de um negócio – apenas no segmento da extração - de mais de R\$ 100 bilhões. Ao longo de um período de trinta anos de manejo, isso significa um ritmo anual de aproximadamente R\$ 3,5 bilhões, que por sua vez implica algo como R\$ 20 bilhões por ano, uma vez considerada a agregação de valor ao longo da cadeia. Há espaço portanto para investimentos de vulto e, principalmente, com perspectiva de longo prazo. Os principais fatores de incerteza dizem respeito à capacidade do setor público de viabilizar burocraticamente os processos das concessões e à capacidade do setor privado de articular os investimentos em tecnologia e indústria necessários para a instalação das cadeias nos setores relevantes, como alimentos, cosmética, biodiversidade, biomassa e as demais relevantes.